



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16083 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

Joana Maria de Moraes Costa - UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REIONAL DE CHAPECÓ

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski - UNOCHAPECÓ - UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ

Agência e/ou Instituição Financiadora: Unochapeco

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

#### **RESUMO:**

Este texto aborda uma pesquisa que investigou o impacto nas práticas de gestão universitária decorrentes do acesso de estudantes com deficiência na educação superior. Foram entrevistados oito gestores de quatro universidades na região oeste de Santa Catarina, para compreender os efeitos do aumento do número de matrículas de universitários com deficiência nos programas e políticas institucionais. Por meio de entrevistas narrativas e *Análise do Discurso* com referenciais foucaultianos, constatamos que a presença de estudantes com deficiência na universidade impulsiona os gestores a investirem em acessibilidade e práticas inclusivas para enfrentar os desafios no processo de ensino e aprendizagem e para eliminar barreiras arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas, nas comunicações e na informação, dentre outras. As políticas governamentais e os instrumentos de avaliação do Ministério da Educação desempenham um papel crucial na mobilização dos gestores para implementar práticas de inclusão, porém, a racionalidade inclusiva implica o reconhecimento da singularidade humana como uma forma de ser e de ter direitos assegurados. Os resultados destacam a importância de questionar a lógica padronizadora e do reconhecimento da inclusão como um processo complexo e dinâmico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Superior. Inclusão. Estudantes com Deficiência. Gestão Universitária. Políticas de Acessibilidade.

A crescente presença de estudantes da educação especial, composta por pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD)/Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar tem se intensificado a partir da década de 1990. Em decorrência do percurso escolar e das políticas de democratização do ensino superior, este público também é crescente nas universidades do país. Embora a educação especial se constitua dos sujeitos mencionados, este trabalho tem como foco os estudantes com deficiência. Pessoa com deficiência, de acordo com a Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência, no seu Art. 2º, é aquela que “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Ou seja, uma nova concepção emerge e, assim, a deficiência deixa de estar localizada no sujeito e passa a ser relacional, atenuada ou acentuada pelo contexto.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil, 2023), o Brasil registrou 33.346 estudantes com deficiência matriculados na educação superior em 2022. A presença deste público sinaliza para um conjunto de direitos e impulsiona a investigação sobre as práticas de gestão universitária decorrentes do acesso desses estudantes. Isso implica em compreender o desafio dos gestores no que diz respeito ao enfrentamento de diversas barreiras, dentre elas, arquitetônicas, atitudinais, programáticas, instrumentais e comunicacionais, que foram construídas e naturalizadas ao longo do tempo.

Embora as normativas e os crescentes números divulgados nos censos revelem que a exclusão explícita não seja mais tolerada, muitas experiências ainda revelam relações de *in/exclusão*, termo cunhado por (Lopes e Fabris, 2013) para dar visibilidade ao caráter subjetivo que está implicado nos processos de inclusão, mas que também podem excluir. Portanto, o reconhecimento da singularidade como uma forma de ser, em igualdade de condições e oportunidades, ainda é um passo necessário para o fortalecimento dos processos de reconhecimento e pertencimento.

Em termos de legislação nacional, a inclusão de estudantes com deficiência na educação tem como respaldo a Constituição Federal de 1998, no art. 205, que prevê a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. Esse princípio emerge com mais intensidade na educação básica a partir da década de 1990, impulsionado pelo movimento internacional de inclusão, devido à aprovação de documentos que normatizam o reconhecimento do direito à educação para as pessoas com deficiência. Um dos marcos históricos na luta pelo direito à educação é a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional, permeada por uma rede de adaptações e serviços.

Pesquisar as tramas que tecem a inclusão na universidade perpassou pela escuta das narrativas dos gestores que revelaram as rupturas e discontinuidades no contexto de práticas

de gestão para a inclusão educacional. A complexidade da inclusão educacional implica em pensar o enredo da inclusão de estudantes com deficiência na educação superior, a partir da “hipercrítica”, na compreensão dos fenômenos sociais como construções históricas e não como verdades que limitam o pensamento tipicamente dicotômico, que só admite duas possibilidades: ser “contra” ou “a favor” da inclusão. Veiga-Neto (2012) alerta sobre as descidas aos porões como prática que potencializa a compreensão dos fenômenos sociais, através da hipercrítica, que é a releitura daquilo que parece dado, em busca de um entendimento mais refinado sobre as problemáticas presentes na contemporaneidade.

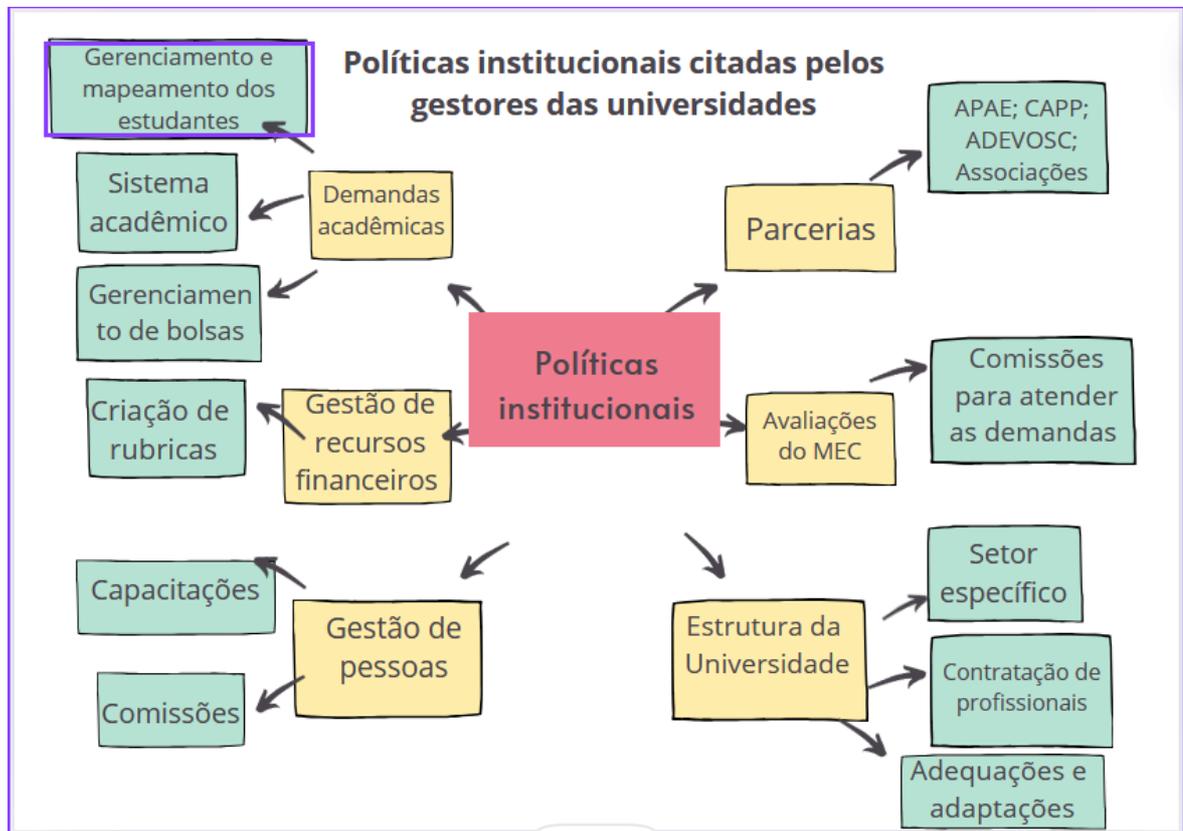
Para investigar a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior, o caminho metodológico para a geração das materialidades empíricas foi conduzido por entrevistas narrativas com oito gestores de quatro instituições universitárias no Oeste de Santa Catarina: uma federal, uma estadual, uma comunitária e uma privada. A entrevista narrativa, para Andrade (2014, p. 175), “[...] é uma possibilidade de pesquisa ressignificada no campo de pesquisa pós-estruturalista em uma perspectiva etnográfica”. A autora afirma, ainda, que “[...] as narrativas são constituídas a partir da conexão entre discursos que se articulam, que se sobrepõem, que se somam ou, ainda, que diferem ou contemporizam” (Andrade, 2014, p. 181).

As entrevistas narrativas foram analisadas por meio da *Análise do Discurso*, com inspiração foucaultiana, organizadas em *Agrupamentos Temáticos*, considerando a relevância e a recorrência que emergiu do material gerado (Andrade, 2014). Nessa perspectiva, a análise não tem como intuito trabalhar com a língua como um sistema abstrato, mas com o papel dela na produção de sentidos ou efeitos. “[...] trata-se de analisar porque aquilo é dito, daquela forma, em determinado tempo e contexto, interrogando sobre as ‘condições de existência’ do discurso” (Sales, 2014, p. 127).

Neste sentido, os gestores relataram suas experiências, desafios e percepções sobre a inclusão, destacando as adaptações e políticas implementadas nas universidades para atender às necessidades dos estudantes com deficiência.

A figura que segue representa alguns movimentos que decorrem do acesso de estudantes com deficiência na educação superior e como a inclusão na universidade influencia os gestores na definição de políticas institucionais.

**Figura 1 - Políticas institucionais citadas pelos gestores**



O mapa mental ilustra a multiplicidade de ações implementadas na educação superior para a inclusão, citadas pelos gestores entrevistados. Segundo os entrevistados, a inclusão de estudantes com deficiência influenciou a criação de parcerias com as instituições especializadas à exemplo do Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick – CAPP; da Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina -ADEVOSC; e da Associação de Surdos; da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Influenciou, também, para que pessoas se apropriassem da legislação e normativas externas e internas específicas sobre inclusão, além de conhecer e implementar as atribuições que perpassam pelos instrumentos de avaliação do Ministério da Educação - MEC. Determinou, também, a adaptação da estrutura física e de pessoal da universidade; a criação de setor específico para ações de inclusão; a contratação de profissionais habilitados; a organização de cursos de formação profissional; a gestão do sistema acadêmico com recursos de acessibilidade; o gerenciamento de bolsas; o acompanhamento dos estudantes com deficiência; além de orientação aos professores e estudantes.

Estas ações perpassam pela gestão financeira, criação e destinação de rubricas específicas para estas demandas e pela mobilização das discussões de processos que tramitam no conselho universitário. O mais complexo, na percepção dos gestores está relacionado à gestão de pessoas, o que abrange os momentos de capacitação, assim como a organização dos grupos internos de discussões, a exemplo de comissões específicas.

Os resultados revelam que os desafios dos gestores são diversos e complexos em uma universidade que aprende a atuar com sujeitos até recentemente excluídos da educação superior sem que essa ausência fosse tensionada. Tais desafios incluem desde a interpretação

das normativas até a implementação de políticas de acolhimento e inclusão, o que pressupõe acesso, permanência e aprendizagem. Os gestores destacaram tanto as dificuldades quanto a satisfação em adaptar as universidades para atender a todos.

A análise das entrevistas revelou que as políticas governamentais de inclusão, materializadas nos instrumentos de avaliação do Ministério da Educação, são fundamentais para mobilizar os gestores a implementar ações inclusivas. Esses instrumentos exigem relatórios sobre as ações realizadas, pressionando as instituições a se adequarem às normas de acessibilidade. Contudo, os gestores também expressaram a necessidade de uma maior formação e capacitação continuada dos que atuam na universidade para melhor atender às demandas de inclusão.

Constatamos que a forma como os gestores se percebem e se posicionam diante das exigências inclusivas é influenciada pelos discursos de direitos humanos, dentre eles, o de educação para todos. No entanto, essas narrativas, às vezes, ocultam a complexidade e os desafios da implementação de políticas inclusivas atravessadas pelo governo neoliberal, o que faz emergir um grau de tensão entre a idealização da inclusão e a prática das instituições.

A pesquisa não buscou propor um modelo de gestão, de acordo com a perspectiva de estudos foucaultianos, mas apresentar experiências que possam ser reinventadas por outras universidades. As narrativas dos gestores mostram desafios dinâmicos e variados, assim como a necessidade de uma abordagem histórica para compreender a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior.

O processo de inclusão de estudantes com deficiência na universidade é marcado por uma dinâmica de continuidades e discontinuidades, conquistas e resistências. No ambiente educacional contemporâneo, a noção de *in/exclusão* expõe os limites e discontinuidades dos processos de inclusão, uma vez que em algumas situações, a inserção dos estudantes ocorre em um contexto que perpetua a exclusão. Esta complexidade evidencia que a inclusão não é um processo linear, mas um campo de tensões onde as políticas e práticas de inclusão se deparam com barreiras estruturais e culturais que influenciam na trajetória dos estudantes com deficiência na universidade.

Contudo, o acesso à universidade e às profissões derivadas de distintos cursos superiores, também deixou evidente o *capacitismo* que, por muito tempo fechou portas para as pessoas com deficiência, compreendidas de forma generalizante, como incapazes. Para Mello (2014, p. 54) o capacitismo é manifestado por “atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional.

Portanto, a maneira de compreender a presença dos estudantes com deficiência na educação superior e as práticas dos gestores para efetivar os direitos e demandas deste público perpassa pelo entendimento da multiplicidade de eventos que constituem o processo inclusão,

para além dos números, uma vez que ainda persiste a necessidade de um reconhecimento da diferença como uma forma de ser e estar no mundo. A inclusão está sendo construída como um projeto social e educacional na contemporaneidade, um processo multifacetado, cuja responsabilidade é compartilhada por diferentes esferas sociais, o que limita a possibilidade de soluções rápidas e simplistas na gestão universitária.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, D. E; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 173-196.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 25 jul 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 22 jul. 2024.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Terezinha Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-mestrado-A5-Anahi-G-Mello.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SALES, Shirlei Rezende. Etnografia + análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em Educação. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 113-134.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Ministério da Educação e Cultura da Espanha. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Corde, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo. **É preciso ir aos porões**. Revista Brasileira de Educação. v. 17, n. 50, maio/ago. 2012.